

Presença do passado e produção de sentido: Hayden White e Eelco Runia

MARCUS VINÍCIUS DE MOURA TELLES¹

Introdução

Nas últimas duas décadas, aproximadamente, trabalhos diversos em estilo e conteúdo (de autores como Eelco Runia, Hans Ulrich Gumbrecht, Frank Ankersmit, David Carr e Berber Bevernage) renovaram lentamente o campo da teoria da história, então centrado no tema da representação, com a reintrodução de conceitos como “experiência” e “presença”. Mais ou menos no mesmo período, a obra da figura paradigmática do “narrativismo” ou “representacionalismo”, Hayden White, direcionou-se também (tanto em suas próprias produções quanto nas interpretações de Paul, Doran e outros) para temas de caráter mais abertamente ético e prático, tais como “realismo figural”, “evento modernista” e “passado prático” (WHITE, 1999; WHITE, 2014). Vistas em conjunto, estas tendências possibilitam que nos perguntemos em que medida é possível articular as abordagens recentes sobre experiência e presença com as reflexões prévias sobre linguagem, narrativa e representação. Parece-nos seguro afirmar, de fato, que todos os autores acima mencionados consideram seus argumentos compatíveis com aqueles avançados por White em *Metahistory* e textos subsequentes, buscando mais complementá-los que refutá-los.² Leiamos Runia (2014: 157), um dos focos de nossa análise, discutindo White, o outro foco: “Um dos *insights* brilhantes de Hayden White foi que é importante ‘entender o que é fictício em todas as representações putativamente realistas do mundo, e o que é realista em todas as manifestamente fictícias’. Nas décadas passadas apenas a primeira metade do projeto foi levada a cabo”. Embora haja uma evidente insatisfação com o “representacionalismo”, ela é oriunda especialmente de sua ênfase: como consequência do foco prolongado (excessivo mesmo, poder-se-ia dizer) no sentido, no texto, no presente, não foi adequadamente pensada pelos “narrativistas” a relação entre o texto e o seu fora (sendo a presença, a experiência, o real e a prática alguns dos candidatos a ocupar o espaço discursivo descrito por este último termo). A atual tendência de ênfase no “fora” propicia, portanto, condições adequadas para tal reflexão.

¹ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Bolsista FAPESP/CAPES, processo nº 2014/17263-7. A versão final deste texto se beneficiou comentários feitos pelos colegas do ST “As formas da história e o lugar dos historiadores”. Agradeço-os pela generosidade!

² Em todos os casos, eles o afirmam abertamente: GUMBRECHT, 2010; ANKERSMIT, 2005; RUNIA, 2014; CARR, 2014. Em relação ao tipo de discussão que propomos neste texto, devemos levar em conta que, para Ankersmit (2012: 158), “Runia é crítico de que se relacione presença e representação, embora não dê um argumento para a sua visão, se não estou enganado.” Tenho dúvidas se é este mesmo o caso, mas me parece possível mostrar, de qualquer forma, que as duas dimensões são articuláveis, mesmo se pensadas nos termos de Runia, ainda que com pequenos ajustes.

Para fazê-la, nossa estratégia consistirá em comparar as teses de Hayden White com as de Eelco Runia – cujo artigo *Presence*, publicado em 2006 na *History and Theory*, parece ser a principal referência nas discussões do tema homônimo mais especificamente voltadas para a teoria da história – em alguns de seus pontos de intersecção, investigando a possibilidade de articulá-las.

Entre sentido e presença

Há poucos anos, Ankersmit (2012: 257-259) lembrou que, etimologicamente, *representar* é tornar presente aquilo que é ou está ausente. É a tarefa (em um sentido do termo, impossível) a que se dedicam os historiadores: representam em forma textual, com base em evidências e métodos (daí se tratar, como dizia a clássica definição de Marc Bloch, de uma “ciência”), experiências vividas (por seres humanos: “dos homens”) em processos temporais (“no tempo”). Se não houvesse ausência do passado, não haveria necessidade de representá-lo historiograficamente; mas se houvesse apenas ausência, representá-lo não seria nem possível nem necessário. Assim, toda representação histórica comporta uma dicotomia entre presença e ausência, cuja relação precisa é objeto de inúmeras discussões: é evidente que, em uma concepção ocidental moderna, “passado” designa algo irrecuperável, ontologicamente inferior (cf. BEVERNAGE, 2011); mas, mesmo que não cheguemos a identificar outras concepções de temporalidade, no mínimo se pode questionar o tipo de relação que as representações históricas, ainda que apenas suas frases individuais, possuem com as evidências do passado.

Eelco Runia frequentemente formula suas teses como complemento ao “representacionalismo whiteano”. Ele considera que a função desta corrente é “essencialmente negativa”: White e pensadores afins mostram que a narrativa produz continuidade sobre processos históricos descontínuos (WHITE, 1978), caóticos, “sublimes” (WHITE, 1987: 58-82). Por sua vez, Runia busca a parte “positiva” da empreitada: explicar como a descontinuidade histórica vêm à tona. (Escapa a ele, como veremos, a parte “positiva” da proposta de White.) Em ambos os casos, os autores pretendem que parte considerável de suas reflexões valham não apenas para a história-escrita, mas também para a história-processo. Vejamos, então, como White concebe o problema do “sentido”, e, em seguida, como Runia pensa o tema da “presença”.

A obra de White e dos pensadores que refletiram sobre a representação histórica em sua esteira, apesar de suas variadas fontes intelectuais, mantém constantes três teses centrais construídas originalmente no interior da filosofia “crítica” ou “analítica” da História do terceiro quarto do século XX. Segundo elas, (a) na historiografia, construir uma narrativa equivale a explicar seus eventos; (b) esta explicação é construída retrospectivamente; (c) esta construção reúne eventos afastados temporalmente em um todo simultâneo. Na primeira metade da década de 1960, autores como W. B. Gallie já haviam argumentado que a história compartilha com a literatura o pertencimento ao “genus Estória”. Naquele contexto, uma das inovações de White foi oriunda do diálogo entre filosofia e crítica literária: se o processo histórico não possui sentido inerente, este sentido só pode ser inventado; isto é, feito com recurso aos *enredos* disponíveis em cada cultura. Com recurso aos enredos, e, em um nível mais profundo, por meio da atividade de prefiguração, o historiador redescreve e articula eventos reais em um todo coerente, cujo sentido não é uma mera soma das partes.

Deixando de lado as discussões sobre “explicação” histórica que dominavam o ambiente anglo-saxônico, White reconfigurou o debate sobre a narrativa de uma perspectiva lógica para uma retórica e, a partir daí, também para as formas pelas quais o *sentido* narrativo serve de orientação para indivíduos e sociedades humanas. (Seu sucesso, como se sabe, foi maior no primeiro destes tópicos, e mesmo assim parcialmente: por muito tempo, a discussão acabou se concentrando em questões epistemológicas sobre a relação entre narrativa e verdade.) O problema da projeção de continuidade sobre o passado era, em sua visão, de natureza fundamentalmente ética e prática.³ Pode-se ver que seu projeto não partia de um princípio diferente do de Runia: “O historiador não serve bem a ninguém construindo uma continuidade ilusória entre o mundo presente e aquele que o precedeu”, dizia ele em *The Burden of History*, de 1966. “Pelo contrário, nós requeremos uma história que nos eduque para a descontinuidade mais do que nunca antes; pois descontinuidade, disrupção, e caos são nosso destino” (WHITE, 1978: 50). O aspecto “positivo” de sua proposta era, e ainda é, a adoção das principais técnicas artísticas disponíveis em nosso tempo histórico. A narrativa “fechada”, típica da historiografia profissionalizada, não é “realista” o suficiente para tratar do caos que de fato constitui o mundo – muito especialmente, diria ele mais tarde, para representar os “eventos modernistas” do século XX (WHITE, 1999).

³ Sobre isto, ver: PAUL, 2011; KELLNER, 1980; HARLAN, 1997; DORAN, 2010; DORAN, 2013.

Parte da polêmica iniciada por White se deve à sua ideia de que os eventos, mesmo os eventos verdadeiros, são *constituídos* por um ato poético no momento em que um historiador escreve os resultados de sua pesquisa. Não é possível *achar* o sentido, só se pode produzi-lo, partindo do presente. Parte da proposta de teóricos como Runia é pensar o caminho oposto, mas sem cair no empirismo ingênuo acertadamente criticado por White: eles perguntam, então: Não haveria momentos em *o mundo* (ou o passado, ou o real) nos força a *reescrever* nossas *estórias*? Não haveria situações em que é o passado que se força sobre o presente?

A resposta de Runia é afirmativa, devido ao fenômeno (ou ao conjunto de fenômenos) que ele chama de “presença”. Vejamos como ele o definiu em *Presence*, de 2006:

“Presença,” na minha visão, é “estar em contato” (“being in touch”) – seja literal, seja figurativamente – com pessoas, coisas, eventos, e sentimentos que fizeram de você a pessoa que você é”. [...] Presença – estar em contato com a realidade – é, eu acredito, tão básica quanto significado. Enquanto pode-se dizer que o significado é o lado conotativo da arte, da consciência, da vida, presença é o lado denotativo. (RUNIA, 2014: 53- 54)

Quatro anos depois, em *Inventing the New from the Old*, Runia forneceu outra definição:

Eu chamei esta persistência subconsciente de um passado não-reconhecido de “presença” – e o defini como “a maneira não representada pela qual o passado está presente no aqui e agora.” Presença é o que não está incluído na nossa estória sobre nós mesmos – e é o que nos leva a fazer coisas em desacordo com a nossa identidade, e, como tal, tem menos a ver com “figuração” que com prefiguração. Se “cultura” é – como eu penso que é – o conjunto de coisas sobre as quais não precisamos falar, isto é, o conjunto de coisas que não precisam e não podem ser representadas, então nossa cultura é feira de “presenças” – de conhecimento comum que é tão comum que nem é mais conhecimento, de coisas que são tão sutis que não podem ser forçadas pela garganta de imigrantes que querem uma autorização de residência, de, em suma, os mitos subrepitícios e onipresentes que nos distinguem dos bárbaros.” (147)

Por essas definições (que me parecem bastante representativas do argumento de Runia tomado em conjunto), “presença” não é meramente a ausência de intermediários linguísticos, nem é algo como a numinosidade da história. Presença é a parte “não-representada” da cultura

intimamente ligada com aquilo que é representado: a identidade, no primeiro trecho; a cultura, o conhecimento comum e os mitos, no segundo. Ao longo dos ensaios coletados em *Moved by the Past*, a relação entre presença e identidade é especialmente enfatizada.⁴ No mínimo, isto já indica que a melhor abordagem para o conceito de Runia só pode ser a *relação* entre presença e representação. Pois, como Ankersmit apontou em outro contexto (1983), “Eu” (e, por extensão, também “Nós”) é um tipo de “substância narrativa”, portanto uma representação.

Em segundo lugar, Runia demonstra alguma imprecisão na definição terminológica. Dois exemplos: estar “em contato com a realidade” não pode ser a mesma coisa que “estar em contato [com tudo que fez] de você a pessoa que você é”. Afinal, grande parte da realidade consiste em elementos totalmente alheios a qualquer identidade possível. Além disso: “estar em contato” de um modo “literal” é, ao menos em certos casos, muito diferente de fazê-lo de um modo “figurativo”, de maneiras relevantes para o argumento de Runia. Seria necessário especificar o tipo de “contato” possível em cada caso.

Em terceiro lugar, percebamos que a *agência* é atribuída às coisas: elas “fizeram de você a pessoa que você é”. Não se *escolhe* o que se é no tipo de situação examinada por Runia; mesmo quando agimos para construir uma identidade, não temos controle sobre os resultados do processo; há necessariamente um elemento de passividade nas mudanças históricas. Ligado a isto, o segundo trecho – não mais falando do que se é, mas do que está presente sem que saibamos – destaca o caráter *subconsciente* da presença.

A seguir, discuto em maior detalhe, e em comparação com White, estes dois últimos tópicos: a possibilidade deste “contato” com a realidade, “literal” ou “figurativo”, que na concepção de Runia é propiciado pela metonímia; e também o papel da agência na ocorrência de descontinuidades históricas.

Metonímia

O problema do caráter literal ou figurativo da presença é especialmente importante para pensarmos a relação entre representação e presença pelo fato de que Runia pretende, por

⁴ Anton Froeyman percebe isto bem. Ele aponta que tanto Ankersmit quanto Runia tratam apenas de situações em que o passado presente ou a experiência histórica são ligados à identidade daquele que presencia ou experimenta, eliminando a alteridade de suas propostas. Grupos minoritários, por exemplo, não estariam aptos a “perder” uma identidade com a qual nunca se identificaram.

um lado, que a metonímia seja o instrumento preferencial tanto para explicar quanto para produzir presença, mas, por outro, considera que nem toda metonímia seja linguística.

Para Runia, “metonímia é uma metáfora para a simultaneidade de continuidade e descontinuidade”. Fundamental para este conceito é o contexto: “A metonímia pode ser descrita como a transposição propositalmente inapropriada de uma palavra que pertence ao contexto 1 (por exemplo, o domínio de nomes próprios: DeLillo) para o contexto 2 (o domínio dos livros), onde ela subsequentemente se destaca como levemente ‘deslocada’ [*out of place*]”. Feito isto, acrescenta ele, uma metonímia pode ter duas carreiras: quase sempre ela é gradualmente absorvida pela contexto em que está colocada; porém, “às vezes alguma é tão forte que ela infecta o contexto em que está colocado e transforma o seu cenário ‘em sua própria imagem’” (RUNIA, 2014: 66-70). Os eventos em que seres humanos produzem descontinuidade histórica ao serem “movidos pelo passado” estão neste segundo caso.

Além disto, Runia insiste que “metonímia não é um fenômeno exclusivamente linguístico”: *coisas* também podem ser removidas para outro contexto. Eis um de seus exemplos: “As ilustrações de Sebald são uma espécie de ‘vazamento’ no tempo por meio do qual a ‘presença’ emerge do passado para o presente.” (67) Ele então especifica que, sendo obcecado com “presença”, Sebald é especialmente cuidadoso em maximizar o deslocamento das ilustrações de seus textos. Estas ilustrações, acrescenta ele, além de não serem necessariamente linguísticas, também “não possuem significado”. Estas afirmações me parecem apenas parcialmente corretas: tal como vejo, aqui, novamente, o efeito de presença surge *em contraste* com o significado. Daí que um imagem produza efeito de presença *quando inserida no texto*, ou que um monumento faça o mesmo *situado em uma praça ou museu*. Uma imagem ou um objeto parecem *fora de lugar* quando possuímos expectativas acerca da “adequação” de um lugar, e isto nos traz de volta ao campo da representação – embora não *necessariamente* ao da linguagem, pois, como Ankersmit (2001) já insisti, vale para a representação o que Runia diz aqui sobre presença: não se trata de um fenômeno exclusivamente linguístico, já que bebês e animais também representam o mundo.

O efeito de presença, me parece então, é também o efeito de *disrupção de sentido* – efeito este que, em outros termos, as obras de White e de Runia se apressam em celebrar. Se White subestimou a forma pela qual o mundo (especialmente o mundo narrativamente estruturado da “realidade humana”, cf. CARR, 1986) oferece *resistência* à produção de sentido, Runia ocasionalmente subestima a relação entre presença e representação. A forma

pela qual os articulamos me parece uma maneira mais compatível com a afirmação do próprio Runia de que toda obra de arte combina denotação metonímica e conotação metafórica (2014: 68) – e, mais ainda, com sua asserção de que “enquanto a metáfora ‘dá’ significado, metonímia insinua que há uma *necessidade* urgente por significado.” (idem: 71)

No que diz respeito especificamente aos textos de história, Runia chega a afirmar que eles têm “natureza metonímica” (2014: 78-79). White sempre enfatizou que, embora a historiografia faça inúmeras referências ao passado por meio de frases referenciais (e outras formas mais típicas do que Runia chamaria de metonímia), ele sempre privilegiou a análise de sua estrutura literária, concebida como uma totalidade. Sua formulação mais recente (WHITE, 2014) para o problema da relação entre história e ficção consiste em considerar que, embora a primeira trate de eventos verdadeiros e a segunda de possíveis, ambas são ramificações da literatura. Runia, por sua vez, distingue os dois tipos de escrita da seguinte forma: “Em um texto literário, *Fremdkörper* metonímicos se destacam, enquanto em um texto histórico – isto é, um texto que consiste inteiramente de *Fremdkörper* - a contiguidade é tão geral que ela parece continuidade” (2014: 78). Eu faria duas observações a este respeito: primeiramente, Runia está falando da superfície do texto (metonímica, em sua visão), enquanto White se ocupa de sua estruturação (metafórica, metonímica, sinedócica ou irônica). Ora, a relação tensa entre estrutura e superfície varia de caso para caso, não possuindo uma espécie de essência a-histórica. Tenho a impressão, portanto, que os dois autores seguem uma tendência bastante usual: a de selecionar arbitrariamente um nível do texto histórico como mais fundamental que os demais. Em segundo lugar, na mesma linha, eu apontaria que o texto só transmite ou produz sentido ou presença após interpretado, e, portanto, cabe não apenas aos autores, mas também aos leitores, enfatizar uma ou outra dimensão.⁵

Agência descontinuada, agência inventora de continuidades

Runia aborda duas modalidades por meio das quais o passado pode nos mover: a primeira, “regressiva”, a segunda, “revolucionária”. Um exemplo do primeiro caso é o fenômeno de *paralell processing*, ilustrado pelo caso do *Srebrenica Report*: um estudo feito por um órgão do governo holandês (NIOD, Netherlands Institute for War Documentation) com o intuito de investigar a possível responsabilidade de “políticos, militares, funcionários

⁵ Sobre este aspecto da obra de White, veja-se a crítica de Dominick LaCapra (1985 :34). De qualquer forma, Runia talvez esteja abrindo uma questão interessante: de que maneira a realidade referencial das suas frases singulares interfere (ainda que potencialmente) na recepção do sentido do texto como uma totalidade?

públicos e da força de paz holandeses” no Massacre de Srebrenica, ocorrido em 1995. Segundo a análise de Runia, os autores do relatório “replicaram vários dos aspectos importantes dos eventos que estudaram” (2014: 19). Sem que tivessem consciência, o passado se fez presente e “determinou” a pesquisa, em direção contrária ao tipo de interação “kantiana” que normalmente se supõe ocorrer na historiografia (idem: 48). Para Runia, o *paralell processing* pode ser descrito como uma variação do *re-enactment* collingwoodiano, com duas diferenças: primeiro, trata-se de uma forma especificamente subconsciente do processo, e, segundo, as interações entre os agentes não são “representações *in vitro*, mas a interações reais – *in vivo*”.

Outro exemplo de modo “regressivo” em que somos “movidos pelo passado” é a série de torturas praticadas por militares estadunidenses em Abu Ghraib, no Iraque: “Nas celas e corredores de Abu Ghraib, as práticas passadas de tortura de Saddam Hussein estavam presentes na mesma maneira que uma palavra permeia a consciência por uma proibição de se pensar nela.” E adiante: “O caso de Abu Ghraib sugere que o passado opera como um tipo de *locus genii* – que ele pode ter um poder tão irresistível que ele é capaz de se expressar no que de fato acontece no mundo real. Ele abre uma perspectiva que é quase perturbadora demais para aceitar: de que o passado pode ter uma presença que é tão poderosa que pode usar a *nós*, humanos, como seu *material*.” De passagem, noto que este emprego do termo “presença” dificilmente é coerente com aquele fornecido no ensaio *Presence*, embora tenha sido redigido no mesmo ano (ver *Spots of Time*: RUNIA, 2014: 88). A Guerra do Iraque *hoje* já é parte da identidade coletiva estadunidense, mas, de acordo com esta argumentação de Runia, as torturas de seus primeiros anos foram motivadas por *espaços* que ainda não eram parte dela. Mas podemos questionar *em que medida* o passado se força em cada caso específico, e, de maneira ligada a isto, também as implicações éticas do que Runia diz, se levarmos em conta a posição dos *sujeitos*. É o que afirma Ethan Kleinberg: “A discussão de Runia sobre as maneiras pelas quais o passado de Abu Ghraib condicionou as ações dos indivíduos no presente absolve estes atores de agência e, de fato, cede agência e responsabilidade para um passado que estamos condenados a repetir.” (KLEINBERG & GHOSH, 2013: 24) Parece-me possível levar todas as posições em conta na análise de casos particulares, de modo que não esqueçamos nem da força da “presença” (dos locais, do passado, etc.) nem da responsabilidade ética dos indivíduos.

Além deste modo “regressivo”, vimos que, para Runia, a metonímia pode servir a uma função “revolucionária” quando, ao ser posta “fora de lugar”, em vez de ser modificada pelo contexto, o modifica. Isto também vale para ações humanas. Desta forma, agentes históricos forçam a mudança de suas sociedades por meio de ações “deslocadas”, incompatíveis com suas identidades prévias, e apenas retroativamente eles próprios e os historiadores justificam suas ações, produzindo uma “redução de dissonância”. Aqui, o caráter da agência se torna mais ambíguo: por um lado, são indivíduos que as realizam; por outro, há pouco ou nenhum espaço para escolhas conscientes (ainda que oscilantes ou passíveis de modificações posteriores) no que diz respeito às *direções* de suas ações. Talvez possamos mobilizar contra esta tese o argumento que, em 1986, David Carr voltou contra o mesmo “representacionalismo” que Runia busca criticar: as ações são estruturadas narrativamente, de modo que recorrem a um passado e projetam um futuro. Desse modo, por mais que as narrativas atuem como redutoras retroativas de dissonância por meio das quais identidades são construídas, como apontam tanto White quanto Runia, elas não são *apenas* isto. As narrativas das identidades coletivas e da historiografia precisam ressignificar ações que, por seu caráter intencional, visavam futuros específicos, com variados graus de especificidade – e também variados graus de sucesso.

As reflexões de White sobre a relação entre “sujeito” e “objeto” das representações oscilam, como as de Runia, entre a história-processo e a história-escrita. A tropologia, por exemplo, embora seja condição de possibilidade de qualquer discurso, é apresentada em *Metahistory* em uma aplicação específica para a historiografia do século XIX. Mas há uma variante do “figuralismo” que, embora também opere na historiografia, busca explicar, de modo mais amplo, as formas pelas quais as sociedades constroem retroativamente seus “passados práticos”. Ele segue na direção oposta do *re-enactment* e do *parallel processing*: nele, um evento tardio projeta sentido sobre o anterior, em vez de reproduzi-lo em sua mente. A inspiração de White é o clássico *Mimesis: A Representação da Realidade na Literatura Ocidental*, de Erich Auerbach: ali, o amplo objeto de estudo é tratado como uma sucessão de preenchimentos retroativos de figuras, remontando às matrizes de Homero e do Antigo Testamento, por meio dos quais diferentes gerações buscaram representar realisticamente a realidade. Auerbach adapta este modelo da tradição cristã de interpretação bíblica, inicialmente praticada pelos Pais da Igreja. Ela opera por meio do estabelecimento de “uma relação entre dois acontecimentos ou duas pessoas, na qual um deles não só se significam a si

mesmo, mas também ao outro, e este último compreende ou completa o outro”. O evento posterior (o preenchimento), ao ser ligado ao anterior (a figura), projeta sentido sobre ele. O modelo parece com a noção de “sentença narrativa”, de Arthur Danto: na frase “A Guerra dos Trinta Anos começou em 1618”, os acontecimentos de 1648 são ligados aos de trinta anos antes, produzindo sentido para eles de uma forma que seria impossível no início do conflito.

Ambos, Runia e White, se complementam aqui de maneiras interessantes. Percebamos, acima de tudo, como os autores falam de *diferentes momentos* de um processo que, para ser adequadamente compreendido, precisa ser visto como uma *totalidade*. Para os teóricos da história, deve estar claro que a escolha entre “narrativismo”, de um lado, e (digamos) “experencialismo” ou “presencialismo”, de outro, é equivocada. Na complexidade do mundo, há presença, há experiência, há representações, ainda que se possa discutir como, quando, como e por que a “história” (que não é meramente “o passado”) é marcada por uns ou outros. Os trabalhos de Runia e White me parecem, ambos, mostrar como há momentos em que as identidades coletivas são rompidas (de modo regressivo ou revolucionário) e momentos em que são reconstruídas (por meio do preenchimento de figuras). *Um processo requer o outro.*⁶

Exploremos um pouco mais as diferenças em relação aos dois momentos. Em relação ao *paralell processing*, Runia afirmou (como vimos) tratar-se não de “representações *in vitro*, mas [de] interações reais – *in vivo*”. Há algo de curioso nesta afirmação: levando em conta que, ao proferi-la, Runia tratava de um texto historiográfico (ou ao menos pretendia fazê-lo⁷) o que poderia significar o termo “reais”? É válido e importante ressaltar as peculiaridades das interações ocorridas no mesmo ambiente, mas, quando se trata de *mentes* humanas, interações fisicamente afastadas não são “irreais”. Esta observação seria menos relevante se o próprio Runia não situasse sua análise na intersecção entre história-processo e história-escrita. Ora, o tipo de relação entre os historiadores do NIOD e os militares holandeses é um exemplo: o incidente ocorreu em 1993, e a pesquisa sobre ele foi iniciada em 1996. “Sujeito” e “objeto” da pesquisa não se conheciam diretamente, e os elos identitários entre eles eram de natureza especificamente *representativa*: afinal, o que é “Holanda” senão uma identidade – uma “substância narrativa”, um “sujeito coletivo” – compartilhada por um certo grupo de pessoas?

⁶ O mesmo parece ocorrer na relação entre representações coletivas e “experiências históricas sublimes”, tal como Frank Ankersmit as analisa.

⁷ No evento intitulado *Tears in the Fabric of the Past*, White, Harry Harootunian, Ethan Kleinberg e Martin Jay debateram com Runia o livro *Moved by the Past*. Lá, White contesta que o relatório do NIOD seja um texto historiográfico.

O figurismo de White enfatiza a relação entre dois eventos *afastados* temporalmente. Isto nos traz a possibilidade de que, em alguns (não todos os) momentos, a conexão entre eventos do passado e do presente opere nos moldes do que White chamou de “causalidade figural”, e, assim, eventos já longamente sem “presença” possam “retornar” e retomar sua efetividade no presente. (Observemos de passagem que White certamente resistiria ao termo “presença” neste contexto.) Runia utiliza a interessante metáfora do “passageiro clandestino” para ilustrar a noção de presença do passado; mas Collingwood e, neste caso involuntariamente, White, nos lembram que, quando tratamos de mentes humanas, há casos em que um passageiro pode estar *ausente* por várias estações e, então, ser trazido de volta, pela força que o preenchimento confere à figura.⁸

(O que também equivale a dizer que, para uma metáfora adequada acerca da complexidade de relações possíveis entre passado e presente, o passageiro clandestino não poderia estar em um trem, que viaja em linha reta, mas em algum meio de transporte que ocasionalmente visite *locais* inesperados, sem que possamos prever com antecedência sua trajetória, já que diferentes motoristas podem assumir o comando, atalhos desconhecidos podem estar disponíveis, etc. O próprio Runia nos fornece o complemento ideal para a metáfora: para ele, uma cidade representa adequadamente tanto a realidade quanto a historiografia porque é “uma maravilha da continuidade e também uma orgia de descontinuidade”, com partes novas ao lado de outras antigas, partes bem conservadas ao lado de outras danificadas, etc. [RUNIA, 2014: 59]. Em suma: há casos em que o passageiro clandestino segue viagem o tempo todo, tal como Runia e Gumbrecht [2013] o descreveram; mas há outros em que ele embarca inesperadamente após ter estado ausente.)

Com Runia, por sua vez, podemos complementar o figurismo de White atribuindo maior poder disruptivo ao passado. Ao longo de sua trajetória, White enfatizou a forma retroativa pela qual o evento posterior projeta sentido no anterior. É como se o ato de representar posteriormente (articulando eventos) sempre tivesse mais força que qualquer parte daquilo que é representado, no que diz respeito ao processo de produção do significado. Mas este posicionamento sempre foi problemático dentro das formulações do próprio White: de sua ideia de que os “eventos modernistas” requerem estilos modernistas de representação, por

⁸ Em algumas aulas de seu curso sobre “Dialética hegeliana, dialética marxista, dialética negativa”, no Departamento de Filosofia da USP, o professor Vladimir Safatle fez observações semelhantes (embora em contextos consideravelmente diferentes), especialmente em sua leitura de Marx. Eu observaria que um elo óbvio entre Auerbach, White e Marx se encontra em Hegel.

exemplo, podemos concluir a existência de uma correspondência entre o tipo de evento e a forma de representá-lo, o que, por sua vez, indica que a natureza da experiência vivida influencia as “condições de expressividade” da representação tardia.⁹

White superestima o caráter “livre” da construção retroativa de identidades, e Runia traz à tona casos em que é “o passado” quem age sobre nós. A questão que ele traz à tona mais forçosamente que White, a meu ver, é a questão das *condições de performatividade* da “escolha do passado”. É como se, paradoxalmente, o corte entre passado e presente fosse performativo, mas se tratasse de *uma performance que ninguém especificamente pode escolher fazer*, sob pena de não ser convincente. Ao menos dois estudos recentes, de Berber Bevernage (*History, Memory and State-Sponsored Violence*) e de Carlos Fico (“Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina”), mostram que setores das sociedades ou dos governos da Argentina, da África do Sul e de Serra Leoa, no primeiro caso, e do Brasil, no segundo, manifestaram a expectativa de que a verdade histórica pudesse atuar performativamente na transformação do presente em passado, com resultados de modo geral pouco satisfatórios: em certos casos de violência governamental (Bevernage) ou de ressentimento (Fico), somos (como indica o título do livro de Runia) “movidos pelo passado”. O que me parece ocorrer aqui pode servir como complemento às teses representacionistas: o corte entre passado e presente não possui existência ontológica (White), pois é resultado de um corte performativo,¹⁰ mas ele só possui eficácia interpretativa se ressoar com as emoções dos leitores. O mesmo vale para os sentidos específicos que se pode querer atribuir aos processos com os quais estas temporalidades se articulam. Os leitores devem sentir, ou devem ser convencidos a passar a sentir, a desejabilidade de um investimento emocional na narrativa proposta para os sujeitos coletivos que eles tomam por parte de sua identidade. Ora, inúmeras formas de “presença” influenciam nisto, inclusive em sentidos diferentes daquele empregado por Runia: o lugar em que se vive, o “lugar de fala” do enunciador, as memórias de indivíduos em diferentes “posição de sujeito” em relação ao que é narrado, etc. Pensar na interrelação entre presença e significado talvez nos leve mais longe na compreensão dos fatores que tornam uma narrativa “eficaz” (WHITE, 1987): por exemplo, Bevernage mostra como as *Madres de Plaza de Mayo* resistiram narrativamente à tentativa de fechamento narrativo

⁹ Saul Friedländer (1992) aponta isto na introdução de *Probing the Limits of Representation*.

¹⁰ Michel de Certeau desenvolveu este argumento já na década de 1970; ver CERTEAU, 2002.

promovida pelo governo argentino; mas como o fizeram? Dentre outras formas, ocupando o ambiente físico da Plaza de Mayo.

A objeção acerca da importância de pensar nossas relações com o passado pode ser feita em outro contexto, dessa vez mais voltada para Runia. Ele tende a conceber a narrativa como, primordialmente, um meio de “redução de dissonâncias”. Em crítica a ele (mas que, ao menos quando comenta do tipo de narrativa produzido por historiadores, também poderia ser estendida a White), Jonas Grethlein insiste na possibilidade de se narrar de modo que o caráter outrora aberto dos eventos passados não seja perdido de vista: “O passado está de fato presente: ele está tangível em rélicas materiais, ele dá forma a identidades, e ele se sedimenta em costumes. Ao mesmo tempo, porém, o passado é narrado. Em narrativas historiográficas, ele não está simplesmente presente, mas visto de uma perspectiva que entrelaça passado e futuro.” (GRETHLEIN, 2014: 328)

Conclusão

White certamente tem razão na base filosófica de seu argumento: como o processo histórico não possui sentido inerente, é possível construir tal sentido por meio dos recursos representativos disponíveis em nossa cultura. Mas essa possibilidade *a princípio* existente se choca com os condicionamentos típicos da existência humana, cujas escolhas são feitas por serem que possuem corpos (como insistiu, por exemplo, Gumbrecht), pelo habitus (Bourdieu)¹¹, pela técnica e pelo lugar social (Certeau)... e pela psicologia (Runia). O narrativismo não nega nada disto: apenas possui outro enfoque. Não se trata de *contradizê-lo*, portanto, mas de articulá-lo com reflexões de caráter variado.

O que Runia busca mostrar é algo ausente das reflexões de White: *como* vêm à tona as rupturas de identidades coletivas e do conhecimento historiográfico? White se restringe à lógica interna dos tropos, segundo a qual o pensamento metafórico conduz ao metonímico,

¹¹ Roger Chartier percebeu de modo especialmente a tensão na obra de White entre, por um lado, um sujeito que produz sentido livremente e por outro, estruturas linguísticas que determinam o nível mais profundo de sua consciência. Em um cenário intelectual (o francês das décadas de 1960 e 1970) dominado pelas mesmas tensões, aquelas entre existencialismo e estruturalismo, Pierre Bourdieu mobilizou o já existente (em Aristóteles, em Elias, em Panofsky) conceito de *habitus* como alternativa a esta dicotomia, i.e., entre sujeito e estrutura. Em uma das várias definições propostas, Bourdieu o caracteriza como “um sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, apreciações e ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diversificadas” (BOURDIEU, 1977: 82-83). Ora, o *habitus* pode então ser entendido como uma forma de “presença do passado”, uma presença situada no corpo de indivíduos concretos – os mesmos que “escolhem seu passado”, como apontam White e Runia. Lembremos de uma das definições do termo, na p. 255 das *Meditações Pascalianas*: “o habitus é essa presença do passado no presente que torna possível a presença do porvir no presente.”

que conduz ao sinedóquico, que estimula a atitude irônica, e ao relacionamento entre figuras e preenchimentos. Isto talvez esteja correto, mas, como White reconheceu explicitamente em relação ao primeiro caso (e certamente também o faria em relação ao segundo), este movimento pode ser interrompido por qualquer fator externo que intervenha no processo. Isto não invalidaria sua análise tropológica, da mesma forma que “a morte de uma pessoa antes da puberdade não invalida as ‘leis fisiológicas do desenvolvimento orgânico’ que regem a fase pubertária” (WHITE, 1978: 250). Mas isto não é também o reconhecimento implícito de que é importante reconhecer os elementos extradiscursivos que interferem no discurso, mesmo aqueles que não chegam a ser ditos?

Referências

- ANKERSMIT, Frank. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- _____. *Meaning, Truth, and Reference in Historical Representation*. Cornell: Cornell University Press, 2012.
- _____. *Historical Representation*. Stanford: Stanford University Press, 2001.
- _____. *Narrative Logic: A Semantic Analysis of the Historian's Language*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1983.
- _____. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- AUERBACH, Erich. *Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental* São Paulo: Perspectiva, 1987.
- _____. *Figura*. São Paulo: Ática, 1997.
- BEVERNAGE, Berber. *History, Memory and State-Sponsored Violence: Time and Justice*. London: Routledge, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.
- _____. *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.
- CARR, David. *Experience and History: Phenomenological Perspectives on the Historical World*. Oxford and New York: Oxford University Press, 2014.
- _____. *Time, Narrative, and History*. Bloomington: Indiana University Press, 1986.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 65-89.
- CHARTIER, Roger. Four Questions to Hayden White. In: *On the Edge of the Cliff: History, Language, and Practices*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1997.

- COLLINGWOOD, R. G. *An Autobiography*. Oxford: Clarendon Press, 1978.
- _____. *The Idea of History*. Oxford, Oxford University Press, 1993.
- DANTO, Arthur C. *Narration and Knowledge*, including the Integral Text of Analytical Philosophy of History. New York: Columbia University Press, 2007.
- DORAN, Robert. Editor's Introduction: Humanism, Formalism, and the Discourse of History. In: WHITE, Hayden. *The Fiction of Narrative*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2010.
- _____. (Org.). *Philosophy of History After Hayden White*. London and New York: Bloomsbury, 2013.
- FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, v. 14, n. 27, 2013, pp. 239-284.
- FRIEDLÄNDER, Saul (Org.). *Probing the Limits of Representation: Nazism and the "Final Solution"*. Cambridge and London: Harvard University Press, 1992.
- FROEYMAN, Anton. Frank Ankersmit and Eelco Runia: the presence and the otherness of the past. *Rethinking History*, vol. 16, n. 3, 2012, pp. 393-415.
- GALLIE, W. B. *Philosophy and the Historical Understanding*. London: Chatto & Windus, 1964.
- GRETHLEIN, Jonas. "Future Past": Time and Teleology in (Ancient) Historiography. *History and Theory*, v. 53, n. 3, 2014, pp. 309-330.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *After 1945: Latency as Origin of the Present*. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- _____. *Produção de Presença*. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2010.
- JENKINS, Keith. Inventing the new from the old - from White's 'tropics' to Vico's 'topics'. *Rethinking History*, vol. 14, n. 2, 2010, pp. 243-248.
- KLEINBERG, Ethan & GHOSH, Ranjan (Orgs.). *Presence: Philosophy, History, and Cultural-Theory for the Twenty-First Century*. Ithaca: Cornell University Press, 2013.
- LaCAPRA, Dominick. *History and Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.
- PAUL, Herman. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge: Polity, 2011.
- RUNIA, Eelco. *Moved by the Past: Discontinuity and Historical Mutation*. New York: Columbia University Press, 2014.
- _____. Reply to Jenkins. *Rethinking History*, v. 14, n. 2, 2010, pp. 249-250.

WHITE, Hayden. *Figural Realism: Studies in the Mimesis Effect*. Baltimore & London: The Johns Hopkins University Press, 1999.

_____. *Meta-História: A Imaginação Histórica do Século XIX*. São Paulo: EdUSP, 1995.

_____. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1987.

The Practical Past. Evanston: Northwestern University Press, 2014.

_____. *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1978.